



CONGRESSO NACIONAL

REQUERIMENTO Nº DE - CPMI - INSS

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, § 3º, da Constituição Federal, da Lei nº 1579 de 1952 e do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, a convocação do Senhor Rogério Gilio Gomes, ex-policial, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

JUSTIFICAÇÃO

Esta CPMI foi criada pelo Requerimento nº 7, de 2025 - CN, para investigar o mecanismo bilionário de fraudes identificado no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). A operação policial denominada “Sem Desconto”, deflagrada em abril de 2025, trouxe à tona essas práticas ilícitas, gerando a necessidade de aprofundar os esclarecimentos não apenas por parte deste Parlamento ou da Comissão em funcionamento, mas em atenção a toda a sociedade brasileira.

Torna-se imprescindível a apuração das responsabilidades decorrentes de ações e eventuais omissões. Segundo reportagem da Folha de S.Paulo, publicada em 4 de fevereiro de 2026, o ex-policial Rogério Gilio Gomes registrou em cartório que o advogado Eli Cohen, um dos primeiros denunciante do esquema de desvios no INSS e ouvido por este Colegiado em 1º de setembro de 2025, teria solicitado R\$ 5 milhões ao marqueteiro de Duda Lima, do Partido Liberal (PL), com a finalidade de atuar em favor do partido e direcionar as investigações sobre o caso para entidades próximas ao Partido dos Trabalhadores.



Posteriormente, Rogério Gilio Gomes, o mesmo que havia formalizado as acusações em cartório, apresentou novo documento no qual afirma que as declarações anteriores não seriam verdadeiras. Embora tenha declarado não ter sofrido qualquer tipo de pressão para se retratar, subsiste dúvida quanto à veracidade dessa retratação, uma vez que o ex-policial passou a apresentar versões contraditórias acerca dos mesmos fatos. Segundo a reportagem:

O ex-policial também afirmou que Cohen relatou ter sido procurado pelo senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), entre outros políticos do PL não especificados, após reportagens sobre os descontos irregulares em aposentadorias serem publicadas.

Flávio, de acordo com a declaração, teria dito ao advogado que enviaria um emissário. Depois, o senador Rogério Marinho (PL-RN), líder da oposição e secretário-geral do PL, teria feito uma visita ao escritório.

Tanto Cohen como Flávio afirmam que nunca se encontraram. **Marinho diz que se encontrou com Cohen apenas para ter mais informações sobre as fraudes no INSS e que não houve nenhum pedido de Flávio.**

Trechos retirados da matéria publicada em 4 de fevereiro de 2026, pela Folha de S.Paulo, disponível no seguinte link: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2026/02/ex-colaborador-acusa-advogado-de-pedir-r-5-mi-para-ir-contra-governo-na-cpi-do-inss-mas-depois-recua.shtml>

Diante da existência de declarações formalizadas em cartório, retratações posteriores, versões conflitantes e possíveis interferências políticas em investigações de elevada repercussão social, a oitiva de Rogério Gilio Gomes



revela-se essencial para o esclarecimento dos fatos e para a adequada formação do convencimento deste Colegiado.

Assim, requer-se a aprovação do presente requerimento, com a consequente convocação de Rogério Gilio Gomes, bem como a definição de data para a realização de seu depoimento perante esta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.

Sala da Comissão, 4 de fevereiro de 2026.

Deputado Rogério Correia
(PT - MG)

